

ARTIGO 1

ESPECTROS DA DÍVIDA: para uma economia política do futuro

Saulo Pinto¹

O homem não é mais o homem
confinado, mas o homem endividado.
(Gilles Deleuze, 1992)

RESUMO

"Espectros da dívida" busca elaborar uma configuração da produção do sistema de crédito-dívida como decisivo para que possamos pensar as novas modalidades de dominação dentro do semiocapitalismo. Para isso, esboçamos uma aproximação com o estado de choque, que se aproveita do trauma coletivo para impor soluções inaceitáveis em situações de normalidade. Por fim, salienta-se a necessidade de transgressão da circularidade do crédito-dívida e da especulação como forma de vida.

Palavra-chave: Espectros da dívida; Crédito; Semiocapitalismo.

ABSTRACT

Spectrums of debt seeks to elaborate a configuration of the production of the credit-debt system as decisive for us to think about new modalities of domination within semiocapitalism. For this, we outline an approach to the state of shock, which takes advantage of collective trauma to impose unacceptable solutions in situations of normality. Finally, it emphasizes the need to transgress the circularity of credit-debt and speculation as a way of life.

Keyword: Debt spectrum; Credit; Semiocapitalism.

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: saulo.pinto@ufma.br.

1 INTRODUÇÃO

Estado de choque

Estamos experimentando uma época histórica que, provavelmente, pode ser caracterizada como desastre, colapso ou catástrofe. Nesse sentido, a diferença fundamental para os modelos anteriores é que a crise anunciada não é mais episódica ou conjuntural, nem totalmente violenta e abrupta, mas talvez tenhamos uma tipologia de crise instalada que tem a permanência como regra e a lentidão como intensidade. Desse modo, trata-se de uma crise complexa e abrangente que compreende diversos níveis da realidade social, cuja duração constante e intensidade vagarosa elaboram um enquadramento simbólico perigoso, pois o estado de choque subjacente produz uma clausura contra a qual é difícil encontrar alguma resolução. Além disso, o estado de choque é um tipo de recurso político, cuja orientação é a reabilitação dos mecanismos de expropriação do poder dominante.

A noção de estado de choque é tributária da elaboração de Naomi Klein. Ela insiste que parte significativa das mudanças estruturais — que se dão não apenas na economia, mas que se expandem para o funcionamento da democracia e do regime psíquico contemporâneo — é resultado de uma “política do choque”, ou seja, “choques em larga escala sofridos por sociedades” inteiras “são explorados pelos políticos e pelas corporações” e até mesmo “[...] são deliberadamente aprofundados de forma a obter vantagens sobre uma população desorientada” (KLEIN, 2017, p. 11). A hipótese subjacente fundamental é que o poder dominante — independente de quão democrático e com capilaridade popular ele possa não ser — busca “aproveitar os momentos de trauma coletivo e implementar uma engenharia social e econômica radical” (KLEIN, 2008, p. 18) que altera as coordenadas de regulação do mundo existente e os parâmetros objetivos de reconhecimento simbólico.

Ao contrário de uma interpretação ingênua da história recente do capitalismo — e sua variação neoliberal do *capitalismo de desastre* —, seu desenvolvimento tem sido operado por meio da implementação da terapia do choque como resposta aos traumas coletivos produzidos. Estes, por sua vez, aparecem como resultado de tudo aquilo que produz choque e desorientação no mesmo intervalo de tempo compartilhado. A solução do capitalismo de desastre ao trauma coletivo experimentado quase sempre é implementar medidas que provavelmente seriam rejeitadas pelas pessoas comuns em situação de *normalidade*, pois, a grosso modo, pode ser pensada como um tipo de interferência política

nos seus interesses mais fundamentais. Essa noção obscena aparece pela primeira vez no prefácio do *Capitalismo e liberdade* de Milton Friedman (1984). Ele sugere:

Manter em aberto as opções, até as circunstâncias tornarem necessária a mudança. Existe uma grande inércia – uma tirania do *status quo* – nas disposições particulares e, especialmente, nas governamentais. Somente a crise – atual e previsível – provoca uma real mudança. Quando ocorre tal crise, as decisões tomadas dependem das ideias existentes no momento. Esta, creio eu, é nossa função fundamental: desenvolver alternativas para os programas existentes, conservá-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente necessário (FRIEDMAN, 1984, p.7, grifos do original).

Ora, a *tiranía do status quo* diz respeito à existência da democracia em que as decisões políticas estão – ou deveriam estar – submetidas ao interesse da soberania popular. Nada mais nonsense ao poder desmedido das corporações globais do que uma soberania que é exercida em nome de uma razão antitética ao poder das finanças. É por isso que a democracia é sempre o alvo imediato da política de choque. Com ela, a liberdade das finanças não está garantida, ao mesmo tempo que é imprescindível garantir que os gastos sociais sejam reduzidos ao mínimo necessário. Sob a democracia política, dificilmente políticas econômicas que objetivam a privatização irrestrita de serviços públicos essenciais seriam aprovadas ou mesmo teriam legitimidade popular, o mesmo acontece no caso de tentativas de subtração de direitos sociais imprescindíveis à realização da cidadania política etc.

O estado de choque é um tipo de política de exploração econômica que, valendo-se do trauma coletivo e da desorientação psíquica mínima, elabora e implementa uma terapia do choque com mudanças radicais que alteram significativamente a paisagem política e social daquela forma de mundo.

É assim que a doutrina de choque funciona: o desastre original – golpe, ataque terrorista, liquidez do mercado, guerra, tsunami, furação – põe toda a população em estado de choque coletivo. Os bombardeios, as explosões do terror, os ventos destruidores são tão úteis para amansar sociedades inteiras quanto a música estridente e as pancadas servem para enfraquecer os prisioneiros nas salas de tortura. Como o preso aterrorizado que entrega os nomes dos companheiros e renuncia à própria fé, as sociedades em estado de choque frequentemente desistem de coisas que em outras situações teriam defendido com toda a força (KLEIN, 2008, p. 26-27).

É assim que o trauma coletivo opera a instalação de uma terapia de choque econômico e a própria destituição da democracia. A situação de transe e desorientação transforma as pessoas comuns em alvos fáceis, desestabilizando seus mecanismos de defesa e sua capacidade de reação subjetiva. No limite, o medo é um operador político que enfraquece e desestabiliza qualquer reação individual, produz a destituição do futuro

como horizonte de expectativas possível e permite que soluções duras sejam aceitáveis como paliativo ao momento do trauma coletivo.

Não é difícil estabelecer uma conexão entre a situação de crise como oportunidade de mercado e sua combinação com saídas políticas autoritárias. Ao contrário da operação ideológica da política do choque — que parte do ponto de vista do liberalismo econômico e político —, na prática, a gestão do medo transforma o trauma em oportunidade de expropriação capitalista e está sempre combinada com políticas autoritárias antidemocráticas. Com efeito, o trauma é um operador ideológico decisivo ao liberalismo, pois a dimensão progressista do liberalismo é corroída pelo senso de oportunidade do mercado e, nesse caso, sua verdadeira condição é revelada, ou seja, o liberalismo é desmascarado e rapidamente transformado em conservadorismo, quando não aparece como pura restauração do poder corporativo capitalista. O desastre, portanto, não é uma evocação política antissistema, mas é a própria álgebra ideológica da radicalização do sistema dominante.

A questão que intriga e provoca é propriamente como o estado de choque reelabora o futuro. Em termos econômicos, o futuro é uma categoria que está assimilada à relação do dinheiro com os juros. Eduardo Giannetti (2012, p. 61, grifos do original) lembra que “a confiança no futuro” significa “[...] um convite a antecipar no tempo, isto é, a procurar usufruir ou tirar partido desde já do que o futuro promete”, ou seja, “[...] essa ‘medida do possível’ atende pelo nome de crédito: termo derivado do verbo latino *credere*: ‘confiar, acreditar’”. Ele segue dizendo que “[...] ‘ter crédito’ significa, portanto, ser merecedor de confiança, ou seja, de que acreditem naquilo que se promete ou penhora fazer”. O futuro promissor é sempre um problema econômico decisivo, pois ele significa que para os sujeitos isolados a confiança no futuro permite antecipar o futuro para agora.

É curioso que *credere* signifique *confiar*, *acreditar*, ou seja, crédito é o mesmo que ter confiança ou acreditar no amanhã. Talvez por isso que as expectativas sejam tão importantes para a construção de um ambiente de negócios palatável aos interesses do poder corporativo capitalista.

A questão da crença é absolutamente importante na “antecipação do futuro” na forma do crédito, embora se trate de uma noção tão incerta quanto imprecisa. Keynes (1984, p. 85) dizia que “[...] o que para mim é evidente por si mesmo e o que eu realmente sei pode ser apenas uma crença provável para você ou pode nem sequer fazer parte de suas crenças racionais”. É por isso que a questão decisiva — objeto primordial da disputa

ideológica — é a captura do futuro. As crenças racionais precisam ser corporificadas na confiança no futuro, ou seja, no sistema de crédito e da dívida.

Como veremos a seguir, estamos diante de uma mudança substancial no modelo de colonização capitalista. Trata-se do deslocamento relativo — por contingências econômicas necessárias ao sistema como um todo — da expropriação da economia real para o sistema financeiro. O “capitalismo parasitário” é o novo funcionamento da economia capitalista que, de maneira emblemática, está centrado na “[...] produção em série de indivíduos endividados” (BAUMAN, 2010a, p. 22). Como o capitalismo é um tipo de sistema social de dominação que se vale permanentemente da expropriação, na crise estrutural que produziu o deslocamento da lógica de acumulação para o parasitismo e a especulação, o desejo agora colonizado — transformado em mercadoria — passou a ser o novo foco do poder. É assim que temos agora um tipo de regime ideológico que impõe a satisfação das necessidades pelo consumo cada vez mais permanente. Em vez de adiar a satisfação, temos a antecipação do gozo.

O crédito é o mecanismo financeiro que permite a antecipação continuada do futuro. Temos aqui a combinação de dois processos complementares, ou seja, “a oferta de empréstimos deve criar e ampliar a necessidade de empréstimos” e “[...] a dívida contraída tinha que ser (e realmente foi) transformada em fonte permanente de lucro” (BAUMAN, 2010b, p. 28-29). Podemos dizer que a colonização do desejo funciona como a “acumulação primitiva” da constituição de um poderoso mercado de crédito. O impasse estabelecido é que não apenas o excedente de “moeda-dívida” (LAZZARATO, 2017, p. 71) vai ser mobilizado para esse novo mercado, mas alterações psíquicas fundamentais serão acionadas quando se opera a produção de dependentes-endividados em escala industrial:

As raízes da dor da qual nos lamentamos hoje, assim como as raízes de todos os males sociais, estão profundamente entranhadas no modo como nos ensinam a viver: em nosso hábito, cultivado com cuidado e agora já bastante arraigado, de correr para os empréstimos cada vez que temos um problema a resolver ou uma dificuldade a superar. Como poucas drogas, viver a crédito cria dependência. Talvez mais ainda que qualquer outra droga e sem dúvida mais que os tranqüilizantes à venda. Décadas de generosa administração de uma droga só pode levar ao trauma e ao choque quando ela deixa de estar disponível ou fica difícil de encontrar. Portanto, o que se está propondo agora é a saída fácil para a desorientação que aflige tanto os toxicodependentes quanto os traficantes: reorganizar o fornecimento (regular, espera-se) da droga. Voltar àquela dependência que até hoje parecia vantajosa menos com a busca de suas raízes (BAUMAN, 2010b, p. 34).

O que temos é uma submissão violenta de toda a atividade econômica e de todo aparelho social ao *capital fictício* e à especulação dela desdobrada. Nesse caso, a conta

é a produção de distúrbios prolongados e descontrolados por todo o corpo social das sociedades contemporâneas. A dependência do crédito e, portanto, do dinheiro elabora a situação melancólica de “morte a crédito” (JAPPE, 2013, p. 54) como resposta negativa ao imperativo de “viver a crédito” (BAUMAN, 2010b, p. 32). Em situação de crise, uma das funções da terapia de choque é a reabilitação dos devedores ao crédito, por meio da mercantilização do futuro no presente de desastre.

Esse deslocamento da economia real para a mera especulação não produz apenas uma situação de crise econômica permanente, ela gera o distúrbio e o transtorno como regra na produção da subjetividade do sujeito endividado. Marx (2016, p. 151, grifos do original), de alguma maneira, já havia antecipado que “[...] não é o dinheiro que está suprimido [*aufgehoben*] no homem — no interior da relação de crédito —, mas é o homem mesmo que se transformou em dinheiro, ou o dinheiro nele se incorporou”. É difícil não aceitar impiedosamente a conclusão de Marx quando observamos a circularidade do sistema de *morte a crédito* que temos hoje estabelecido como normalidade.

É importante pensar que “[...] o objeto das operações de crédito não é só o dinheiro pedido e emprestado, mas o revigoramento da psicologia e do estilo de vida de ‘curto prazo’” (BAUMAN, 2010b, p. 45). A noção de bolha é funcional ao sistema de crédito. Ela sempre é uma valorização fictícia do valor real, ou seja, uma desproporção e desmedida puramente especulativa. Além disso, ela produz bolhas psíquicas de satisfação e gozo. O paradoxo é que a inflação da bolha é limitada. Em algum momento ela estoura. O trauma é gerado justamente aqui. A reação ao trauma coletivo é a política de choque. A questão política fundamental é: como interromper a espiral infinita de produção de bolhas, choques e traumas?

2 ESPECTROS DA DÍVIDA

Não é difícil imaginar que a dívida apareça como o horizonte insuperável do nosso tempo. No limite, estamos todos endividados. A dívida é a antecipação do futuro, ou melhor, sua subtração. É por isso que tratar da dívida é problematizar propriamente o futuro ou a ausência dele. Podemos dizer que o capitalismo – como produção e forma de vida – é dependente da dívida para manter sua reprodução ampliada. Sem dívida, não há capitalismo. Por suposto, não há capitalismo sem dívida. A crise capitalista exponencia a dívida como marco regulatório de tudo. A dívida comprime o *campo de experiência* e o *horizonte de expectativas* do sujeito isolado – formando uma névoa opaca traumática –, mas essa compressão é também expandida para a bolha formada no universo compartilhado como forma de vida. O capitalismo é imediatamente processo de produção da dívida e da subjetivação endividada. A instauração de uma racionalidade da dívida permeia e define a forma política estatal, as relações mercantis e a subjetividade isolada. A dívida é a forma de dominação que temos hoje.

O problema da questão da definição da dominação é que ela tem implicações importantes no campo dos antagonismos estruturais. Maurizio Lazzarato (2017, p. 13) diz que “[...] os trabalhadores possuem de fato uma existência sociológica e econômica e eles formam o capital variável dessa nova acumulação capitalista”, mas que “a centralidade da relação credor/devedor os marginalizou de maneira definitiva”. Isto é, ele sugere que a relação estrutural básica que organiza o conflito decisivo hoje precisa ser pensada através do binômio credor-devedor. No lugar das classes, teríamos colisões permanentes e explosivas entre devedores e credores. Seria essa a nova morfologia da luta de classes? Ou estamos diante da transgressão da luta de classes para outro tipo de antagonismo ainda mais brutal? É importante recuperar uma esquecida passagem de Marx (2013, p. 209) a esse respeito:

A luta de classes no mundo antigo, por exemplo, apresenta-se fundamentalmente sob a forma de uma luta de classes entre credores e devedores e, conclui-se, em Roma, com a ruína do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média, a luta tem fim com a derrocada do devedor feudal, que perde seu poder político juntamente com sua base econômica. Entretanto, a forma-dinheiro – e a relação entre credor e devedor possui uma forma de uma relação monetária – reflete aqui apenas o antagonismo entre condições econômicas de existência mais profundas.

A lição apresentada por Marx é que a luta de classes não tem uma forma definida, mas ela expressa as mutações existentes no metabolismo social experimentado por cada época histórica. No entanto, o conflito entre credores e devedores desenvolvido em sociedades pré-capitalistas em nada guarda similitude com a centralidade do sistema de crédito e dívida que vamos ter a partir do aparecimento do neoliberalismo que, por sua vez, acelerou o capitalismo de desastre. É por isso que Maurizio Lazzarato (2017, p. 12) insiste que “[...] o capitalismo neoliberal instaurou e governa uma luta de classe assimétrica”, pois existe “[...] apenas uma classe, recomposta em torno da finança, do poder da moeda de crédito e do dinheiro como capital”. A hipótese primordial tomada aqui é que o sistema de crédito e dívida aprofundou a proletarianização quando, por meio da expropriação financeira dos rendimentos pessoais, da dívida e do imposto, produziu um novo tipo de dependência em que o futuro, a felicidade, as frustrações, etc. foram cooptadas pelo sistema da dívida. Agora, até a lógica do protesto político pressupõe o endividamento como mediação necessária para que ele possa ser realizado.

O paradoxo é que, para o liberalismo, uma sociedade regulada pelo mercado, pelo individualismo possessivo e pela liberdade aparece como uma sociedade sem dívida. Não é incomum pensar a ideia de que a dívida é uma característica definidora de relações sociais pré-capitalistas ou *não-capitalistas*. Esse engano é típico de uma análise distorcida do capitalismo. Ao contrário da noção circular de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias como bens tangíveis, o desenvolvimento autocontraditório do capitalismo estabeleceu uma subversão na ontologia constitutiva da produção. Nesse sentido, “o capital é um operador semiótico” e “[...] os fluxos de signos (a moeda, os logaritmos, os diagramas e as equações) agem diretamente sobre os fluxos materiais”, ou seja, “[...] as semióticas a-significantes (moeda, logaritmos, etc.) funcionam independente do fato de que elas significam alguma coisa para alguém” (LAZZARATO, 2017, p. 22). Marx (2013, p. 229) já havia antecipado essa noção — mesmo que preponderando a dimensão da produção —, quando insistia que “[...] o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata do capitalista”, ou seja, a compulsão abstrata do capitalismo é “a valorização do valor” como uma desmedida crescente e infinita.

O que podemos perceber é que o capitalismo é uma forma compulsiva de expropriação e apropriação de riqueza alienada, que necessita da abstração das qualidades específicas e concretas dos elementos constitutivos da sua produção. A definição do valor opera ao limite a lógica da abstração, pois o valor é definido pela castração da qualidade per si

contida nos elementos da produção. Marx (2013) diz que na definição da grandeza do valor de uma determinada mercadoria, suas características particulares são excluídas, ela se torna apenas a expressão de algo genérico. Diz ele: “[...] todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas” (MARX, 2013, p. 116). O que sobra é apenas sua substância primordial. O valor é definido, portanto, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção daquela mercadoria. A abstração de toda característica particular permite que o capitalismo tenha uma plasticidade no que diz respeito à forma. O conteúdo compulsivo – extração infinita de valor em processo de valorização – pode adaptar-se aos mais diversos contextos e formas sociais particulares. Isso somente é possível, pois o capitalismo instaurou uma forma de objetividade radicalmente nova, desprovida de todo laço social primordial:

Na relação monetária, no sistema de trocas desenvolvido (e essa aparência seduz a democracia), são de fato rompidos, dilacerados, os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, as diferenças de cultura etc. (todos os laços pessoais aparecem ao menos como relações pessoais); e os indivíduos *parecem* independentes (essa independência que, aliás, não passa de mera ilusão e, mais justamente, significa apatia – no sentido de indiferença), livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar; mas assim parecem apenas para aquele que abstrai das *condições*, das *condições de existência* sob as quais esses indivíduos entram em contato (e essas [condições], por sua vez, são independentes dos indivíduos e aparecem, apesar de geradas pela sociedade, como *condições naturais*, i.e., incontroláveis pelos indivíduos). A determinidade que, no primeiro caso, aparece como uma limitação pessoal do indivíduo por parte de um outro, aparece no segundo caso desenvolvida como uma limitação coisal do indivíduo por relações dele independentes e que repousam sobre si mesmas. (Como o indivíduo singular não pode se despojar de sua determinabilidade pessoal, mas pode muito bem superar relações externas e subordiná-las a si, sua liberdade *parece* maior no caso 2. Entretanto, uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra a impossibilidade dos indivíduos de uma classe etc. de superá-la em massa sem as abolir. O indivíduo singular pode casualmente ser capaz de fazê-lo; a massa de indivíduos dominados por tais relações não pode, uma vez que sua mera existência expressa a subordinação dos indivíduos a elas.) Essas relações externas tampouco são uma expressão das “relações de dependência”, dado que são apenas a sua resolução em uma forma universal; são, ao contrário, a elaboração do *fundamento* universal das relações pessoais de dependência. Também aqui os indivíduos só entram em relação entre si como indivíduos determinados. Essas relações de dependência *coisal*, por oposição às relações de *dependência pessoal* (a relação de dependência coisal nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, i.e., suas relações de produção recíprocas deles próprios automatizadas), aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por *abstrações*, ao passo que antes dependiam uns dos outros (MARX, 2011, p. 111-112, grifos do original).

Fica patente que, desde o princípio, Marx pensava o capitalismo a partir do processo brutal de abstração dos seus caracteres particulares. A imanência capitalista é a progressiva abstração de tudo. Como o objetivo é valorização autorreferente da riqueza – expresso no valor de troca –, o valor de uso é subjugado economicamente, mas também no que se

refere à esfera dos valores propriamente morais e subjetivos. A contradição da acumulação capitalista é que ele se vai deslocando do recurso à produção de mercadorias como escala para a valorização e acumulação do capital, à medida que a dimensão financeira cresce. Isso vai ficando mais visível com o surgimento do neoliberalismo e a dominação do elemento financeiro do capital global. O paradoxo é que o processo de valorização próprio do valor — que no capitalismo está submetido ao poder das finanças — prescinde da produção tangível de mercadorias, pois o objetivo é a acumulação de riqueza abstrata, ou seja, a reprodução da forma dinheiro não depende necessariamente do desenvolvimento da economia real. Marx (2017, p. 551) insiste que “[...] a simples transformação do dinheiro em capital de empréstimo [...] ” não pode significar “acumulação real”. A especulação, na verdade, é um processo mais simples e rápido para acumulação de dinheiro em estado puro. Ela, por sua vez, potencializa-se quando essa contradição constitutiva se desenvolve até o seu limite: o dinheiro produzindo mais dinheiro sem o circuito da reprodução. É assim que temos a instauração da hegemonia do semiocapitalismo como o novo realismo capitalista. Nessa dimensão, os signos não apenas são pressupostos aos fluxos materiais, como os determinam imediatamente.

A desterritorialização dos fluxos operada pelo neoliberalismo e o poder das finanças, permitiu um alargamento sem precedentes da esfera da circulação e do dinheiro como determinantes das relações sociais. O dinheiro passa a ser o sujeito preponderante do processo social como um todo, objetivando os signos em seus instrumentos econômicos abstratos puros. Ao contrário do que acontecia em formações sociais pré-capitalistas, o que teremos depois é que “[...] os signos já não se inscrevem em plena carne, mas sobre pedras, pergaminhos, moedas, listas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 287). O dinheiro será o grande operador da máquina burocrática e da máquina capitalista em ascensão, cuja potência encontrará sua temporalidade adequada no regime dominante das finanças. Diante da importância decrescente da produção real de mercadorias para a acumulação, o processo de valorização cada vez mais será colonizado pelo circuito do dinheiro. A anotação de Marx é emblemática. Ele diz que “[...] com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho e, portanto, da produção em grande escala, 1) os mercados se expandem e se distanciam dos centros de produção; 2) por isso, os créditos têm de prolongar-se; e 3) o elemento especulativo tende a dominar cada vez mais as transações” (MARX, 2017, p. 538). O paradoxo é que a expansão da produção é acompanhada do alargamento do crédito, permitindo a dominação progressiva da especulação sobre a economia real. Enquanto a

produção de mercadorias tem limitações tangíveis — que, primeiramente, é aprofundada com a distância entre o locus da produção e a realização das mercadorias —, a produção semiótica do circuito financeiro é potencialmente ilimitada e desprovida de fricção.

No semiocapitalismo não podemos falar mais de estoques, mas de fluxos abstratos desterritorializados (semióticos e subjetivos). O lugar que a produção de mercadorias ocupa hoje é inferior — quantitativa e qualitativamente — no imaginário simbólico e na produção do fluxo financeiro da economia. As atividades econômicas são digitalizadas, virtualizadas e semiotizadas e se confrontam com trabalhadores cognitivos precarizados globalizados. Não é possível mais definir com precisão o valor de uma mercadoria em termos rígidos de tempo de trabalho necessário (como definir o valor de uma ideia?). A dimensão do trabalho se modificou, complexificando ainda mais a relação clássica entre produção (objetiva, signos, etc.) e trabalho (material e imaterial). É aqui que a noção de abstração se desloca ainda mais da sua primeira interpretação. Com Marx, sabemos que a abstração é o fundamento da produção de valor, pois o objetivo último da produção capitalista não é produzir valores de uso que satisfaçam necessidades reais, mas a produção de valores de troca que sejam desprovidos de toda e qualquer relação particular, orientados para a acumulação de riqueza estranhada. Na sequência do semiocapitalismo, o que temos é uma radicalização da abstração:

Na fase de modernidade tardia do capitalismo, a abstração digital acrescenta uma segunda camada à abstração capitalista: transformação e produção já não acontecem no nível dos corpos e da manipulação material, mas no nível da interoperatividade entre máquinas informacionais. A informação substitui as coisas, e o corpo é excluído do campo da comunicação [...] Tem-se, então, um terceiro nível de abstração, a abstração financeirizada. As finanças significam que o processo de valorização já não passa pelo estágio do valor de uso e nem mesmo pela produção de mercadorias (físicas ou semióticas) (BERARDI, 2020, p. 81-82).

O pressuposto dessa posição é que a realidade subjacente é subjugada ao ímpeto desmensurado da circularidade da abstração financeira. A derivação política do irrealismo do realismo capitalista é a catástrofe em câmera lenta. Retomando Marx (2011, p. 229-230, grifos do original), o que vamos ter é a reprodução ampliada do “trabalho como *pobreza absoluta*”, no entanto, “[...] a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva”. O que temos aqui é uma combinação complexa entre desobjetividade (virtualização) das relações econômicas subjacentes e a produção da precariedade generalizada. É interessante perceber que Deleuze e Guattari (2011, p. p. 313) chamam de “antiprodução” tudo aquilo que oblitera e realiza contraditoriamente a produção capitalista, ou seja, “[...] a efusão do aparelho de antiprodução caracteriza todo o sistema capitalista;

a efusão capitalista é a antiprodução na produção em todos os níveis do processo". A questão decisiva que temos que nos perguntar é quando a realidade não conta, o que realmente sobra?

Quando o referente é excluído, quando o lucro pela mera circulação de dinheiro se torna viável, a produção de carros, de livros e de pães passa a ser supérflua. A acumulação de valor abstrato é possibilitada pela submissão dos seres humanos à dívida e pela caça predatória dos recursos existentes. A destruição do mundo real tem seu início nessa emancipação entre a valorização e a produção de coisas úteis e na autorreplicação de valor no campo financeiro. A emancipação entre valor e referente leva à destruição do mundo real. É exatamente isso que está acontecendo por debaixo da chamada crise financeira, que de crise não tem nada (BERARDI, 2020, p. 82).

Ou seja, se pegarmos o esquema de Marx, estamos sendo confrontados pelo deslocamento da reprodução ampliada do capital $D - M - D'$ para a preponderância da relação esquizofrênica $D - D'$. Não se trata apenas da representação do capital fictício, mas estamos lidando com a absolutização da circularidade das finanças para todas as tipologias de relações sociais estabelecidas. O paradoxo é que quanto mais a realidade é destruída, solapada, mais temos a aceleração da circulação dos fluxos financeiros autorreferentes. Marx (2011, p. 243) dizia que no processo de autovalorização, "[...] o valor aparece como sujeito". Na sequência atual de destituição da realidade, o dinheiro aparece como sujeito supremo e como processo soberano decisivo. Ao contrário do lucro que é um rendimento da burguesia enquanto classe, a atividade financeira está espalhada por todo o corpo social fragmentado e dividido. Com a amplitude da circulação financeira, as definições de classe e os antagonismos políticos ficaram embotados, confusos. Quem são os inimigos? Na verdade, estamos diante de algoritmos, "[...] implicações matemáticas, concatenações automáticas que não se podem desmontar ou evitar" (BERARDI, 2020, p. 69), uma rede desconexa de inteligência artificial virtualizada, telas e smartphones que nos mantêm conectados permanentemente. A dívida é uma realidade econômica, mas, sobretudo, é sua realidade ideológica que mantém endividado o campo simbólico do que é propriamente possível. O reembolso da dívida é mais-capitalismo, ou seja, crédito.

A dívida aparece no interior da instauração do semiocapitalismo. A crise do capitalismo clássico – ou seja, a incapacidade da economia real em garantir acumulação – obrigou a colonização de outras esferas fundamentais. Nesse sentido, "[...] o capitalismo incluiu, para estender a esfera de valorização do valor, setores cada vez mais amplos da vida" (JAPPE, 2013, p. 53). Na verdade, temos o modelo de separação entre trabalho e desejo, repressão da pulsão sexual e adiamento do prazer. Ao debater sobre os esquemas teóricos

de Freud, Marcuse (1979, p. 93) insiste que “[...] a incorporação econômica e política dos indivíduos no sistema hierárquico do trabalho é acompanhada de um processo instintivo em que os objetos humanos de dominação reproduzem sua própria opressão”. O que temos aqui é a absorção do Princípio do Prazer desmensurado pelo Princípio de Realidade capitalista. Na visão tradicional da dominação ideológica, o prazer é subjugado à lógica do trabalho alienado. No entanto, com a ampliação da colonização capitalista, a liberdade (e, portanto, o prazer) é não apenas estimulada, como ela coincide com os parâmetros irracionais da dominação. O paradoxo é que semiocapitalismo subverteu completamente a lógica tradicional, em que *o desejo invade o espaço do mercado, e o mercado invade o espaço do desejo*. Nessa nova gramática, trabalho e desejo não aparecem mais como antitéticos, mas estão associados irremediavelmente. Assim, “[...] não há mais distinção entre tempo de lazer e tempo de trabalho: todo o seu tempo deve ser devotado a ganhar dinheiro, e o dinheiro tomou o lugar do desejo” (BERARDI, 2020, p. 87). O desejo fora capitalizado, e o dinheiro agora aparece como o próprio objeto do desejo. Não é difícil imaginar as implicações econômicas para o campo da subjetividade, dos afetos e das emoções e para a estrutura das sensibilidades, que a capitalização do desejo possibilita, considerando o poderio sofisticado, expansivo e agressivo da estrutura de colonização do poder das finanças e do semiocapitalismo sobre as subjetividades isoladas.

Com efeito, o que temos aqui é a preponderância absoluta do dinheiro e da dimensão financeira sobre a economia, a política, a sociedade e o campo subjetivo. Com a dominância de um tipo de semiocapitalismo, o desejo passa a ser objeto imediato da colonização propriamente capitalista. A autonomia e a independência constituídas agora permitem que o sujeito isolado possa capitalizar seu desejo pessoal para a máquina financeira. Podemos falar em *captura* para descrever mais adequadamente essa virada radical operada pelo poder do capitalismo, pois o que sentimos e nossas emoções mais originais não são, na verdade, resultado do pleno exercício da nossa individualidade, mas foram capturadas pelo semiocapitalismo. É assim que “[...] o dinheiro assume a liderança do investimento psíquico da sociedade” (BERARDI, 2020, p. 86). A noção de produção precisa ser alargada, rompendo com o economicismo e assumindo a centralidade da produção semiótica na dinâmica da valorização do valor e da acumulação de capital hoje.

A liderança do dinheiro na direção da máquina capitalista e do investimento psíquico da sociedade como um todo constituiu uma transformação sem precedentes no objeto do desejo. Trata-se do protagonismo da abstração primordial corporificada na medida de tudo.

Marx (2013, p. 307) dizia que “[...] o capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga”. Na lógica do semiocapitalismo, o dinheiro vampiriza o desejo, sugando sua energia psíquica autêntica para ser mobilizada para o crédito (que nos mantém passivos na circularidade do consumo). Como o desejo agora é o novo foco do poder, sua realização se dá na mesma medida da capacidade de circulação do dinheiro. O esvaziamento da economia real e o alargamento de sua dimensão propriamente fictícia introduzem um pêndulo decisivo à dívida, pois, como a economia real tem dificuldades objetivas de acumulação, a única maneira adequada de garantir a sobrevivência do sistema como um todo é ampliando os mecanismos de captura pela dívida e pelo imposto. Anselm Jappe (2013, p. 50) insiste que “[...] não há mais dinheiro ‘real’ o bastante à disposição dos Estados, ou seja, não há mais dinheiro que não seja criado por decreto ou pela especulação, do dinheiro que é fruto de uma produção de mercadorias de acordo com os padrões do mercado mundial”.

O que temos aqui é a situação em que a função do crédito vai funcionar como um poderoso instrumento que permite “[...] adiar o momento em que o capitalismo vai atingir seus limites sistêmicos, mas não abolir esse limite”, pois “o crédito não prolonga somente a vida do sistema enquanto tal, mas também a dos consumidores” (JAPPE, 2013, p. 51). O esvaziamento das funções públicas do Estado e o desmantelamento dos direitos sociais e, portanto, da cidadania democrática atuante liberaram a busca pela realização pessoal do desejo desobrigado de suas conexões sociais mais profundas. A compulsão abstrata impõe a busca pelo “[...] acesso ao crédito, quer dizer, pelo direito de contrair dívidas” (LAZZARATO, 2017, p. 63). O impasse está no fato de o sistema dominante ter como “único motivo de suas operações” a “apropriação crescente da riqueza abstrata” (MARX, 2013, p. 229). O fluxo produtivo tradicional entra em colapso permanentemente — crise de superprodução —, o que impede que o capital originário (D) transformado (M) possa ser realizado (D’). O capital funciona por fluxo contínuo prolongado, logo ele precisa permanentemente ser renovado numa escala sempre ampliada (reprodução). Percebe-se que o excedente crescente da forma-dinheiro não corresponde exatamente às formas crescentes de produção de mais-valor. A dimensão dramática da crise capitalista é que há excedente de capital-dinheiro numa razão desproporcional à magnitude do valor objetivo produzido. A hipótese da falência da economia real e do alargamento o componente fictício (financeiro) que encontra uma *solução* no sistema de crédito, é o que permite que a dívida funciona como curto-circuito imanente da sobrevida que o neoliberalismo apresentará ao

capitalismo e aos indivíduos (como consumidores). O que temos, na verdade, é um circuito que não apenas alimenta a circulação do excedente de capital-dinheiro, como aprisiona todo o complexo social (e a economia) à preponderância do dinheiro. Nesse caso, quanto maior é a capacidade de circulação do dinheiro — em um contexto de crise da economia real —, maior é a extensão da dívida na modulação da economia. Devemos considerar aqui que “[...] a moeda especificamente capitalista é o dinheiro-capital, a moeda de crédito, a moeda da dívida” (LAZZARATO, 2017, p. 70). A derivação que aparece é que na circularidade do capital, dinheiro, crédito e dívida são processos constitutivos decisivos do fluxo do circuito desterritorializado na sua totalidade abrangente. Deleuze e Guattari (2011, p. 262, grifos do original) apresentam um comentário decisivo sobre a produção da “dívida infinita”:

Em suma, o dinheiro, a circulação do dinheiro, é o meio de tornar a dívida infinita. Eis o que os dois atos do Estado escondem: a residência ou territorialidade do Estado inaugura o grande movimento de desterritorialização que subordina todas as filiações primitivas à máquina despótica (problema agrário); a abolição das dívidas ou sua transformação contábil inaugura um interminável serviço de Estado interminável, que subordina a si todas as alianças primitivas (problema da dívida). O credor infinito, o crédito infinito substituiu os blocos de dívida móveis e finitos. Há sempre um monoteísmo no horizonte do despotismo: a dívida devém *dívida de existência*, dívida da existência dos próprios sujeitos. Vem o tempo em que o credor nada emprestou ainda, ao passo que o devedor não para de pagar, porque pagar é um dever, mas emprestar é uma faculdade.

Nesse sentido, o capitalismo instaura um processo de *dívida infinita*, que é resultado da desterritorialização dos fluxos econômicos e da instalação do *Estado interminável*. Aqui podemos fazer uma aproximação pouco usual com um fragmento decisivo de Walter Benjamin. Ele acreditava que o capitalismo seria uma forma de religião puramente de culto, desprovida de dogma. Isso significa que aquilo que está reprimido “[...] é o capital que rende juros para o inferno do inconsciente” (BENJAMIN, 2013, p. 22), ou seja, o capitalismo como culto permanente impõe um tipo de adoração dessacralizada à objetividade existente. É assim que o imperativo das emoções, afetos e desejos é capturado para o enquadramento da *dívida infinita*, pois não há aspiração, frustração ou esperança que não seja transformada em meio de aquisição. O dinheiro é a forma, ou a mediação, pela qual o desejo é realizado em objetos, ou coisas. No semiocapitalismo, não há desejo em si mesmo, mas ele somente existe corporificado em um objeto coisal — mesmo que a coisa seja um objeto simbólico —, pois o próprio desejo é uma coisa objetiva. Na ausência de acumulação real, descrita por Marx no modelo clássico de crise de superprodução, a plethora fictícia de dinheiro produz uma circularidade desregada. É assim que diante da aflição e do desespero o crédito aparece como aquilo capaz de reestabelecer a crença e a confiança no futuro.

Pensar o capitalismo como religião, nesse caso, permite que o crédito possa assumir a função decisiva de alargamento do presente, entretanto não como um ponto de fixação rígido, mas como um redirecionamento das expectativas racionais em direção ao futuro. O medo do descrédito pessoal corresponde ou é substituído pela vitalidade ideológica da confiança no futuro, ou seja, no crédito. O endividamento corresponde à confiança no futuro pela sociabilidade existente no presente. As coisas se complicam muito quando o crédito corresponde à nossa confiança comum compartilhada no futuro. É por isso que a dívida é um mecanismo fundamental de controle e captura. Nesse sentido, Maurizio Lazzarato (2017, p. 66-67) apresenta um comentário fundamental sobre o endividamento dos estudantes americanos:

A questão do tempo e da duração está no coração da dívida. Não apenas o tempo de trabalho ou do tempo da vida, mas também do tempo como possível, como porvir. A dívida lança uma ponte entre o presente e o futuro: ela antecipa e exerce um direito de preempção sobre o porvir. A dívida de cada estudante hipoteca simultaneamente seus comportamentos, seus salários e seus rendimentos futuros. Ela constitui o paradigma da liberdade liberal que, como se constata, de liberdade só tem o nome. O crédito produz uma modalidade específica de subjetivação. O endividado é individualmente o único responsável diante do sistema bancário. Ele não pode contar com nenhuma solidariedade, exceto a da família, com o risco de endividá-la, por seu turno. Ele interioriza as relações de poder em vez de externalizá-las e combatê-las. Ele se sente envergonhado e culpado.

O colapso do resultado da *dívida infinita* é a desmoralização subjetiva na forma da culpa pessoal. Retomando Benjamin (2013, pp. 21-22), no capitalismo como religião, “[...] todas as coisas só adquirem significado na relação imediata com o culto”, pois como se trata de um “culto não expiatório”, o que temos é “[...] uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal”. Da dívida infinita advém a culpa infinita. Assim, tanto a dívida quanto a culpa são impagáveis e, talvez, inegociáveis. Nesse caso, não há reembolso econômico identificável, ou seja, a dívida não pode ser reembolsada nos parâmetros monetários. A única maneira de reembolso da dívida é mediante um tipo traumático de reembolso político. A sua liquidação e redenção se dariam por meio da implosão da circularidade da relação crédito-dívida. Isso somente é possível quando se consegue romper com a relação originária da dominação capitalista. O problema é que, conforme salienta Deleuze (2004, p. 205), “[...] um sistema como o capitalismo foge por todos os lados, ele foge, e depois o capitalismo colmata, faz liames para impedir que as fugas sejam muito numerosas. Um escândalo aqui, uma fuga de capitais ali etc.”. O crédito, primeiro, é uma maneira de prolongar o funcionamento do capitalismo diante de uma crise profunda da economia

real. Depois, o crédito funciona como uma forma de reabilitação da confiança do futuro das pessoas comuns desesperançadas. É uma maneira de impedimento preventivo da fermentação da afetação política antissistema. A dívida, por conseguinte, é o mecanismo de colmata dos sujeitos, pois os mantém assujeitados à circularidade da *dívida infinita*. É por esses termos que o reembolso é o próprio limite do capitalismo:

A relação entre credor e devedor como relação entre forças ativas e reativas e como domínio do tempo é, enquanto dívida infinita, investida e continuada pelo capital que, com o capital financeiro, faz dessa sua relação dominante. No capital financeiro, é impossível quitar a dívida, pois o capital como moeda, quer dizer, o crédito é, por definição, dívida. Caso se contraia moeda de crédito, quer dizer, dívida, que é o alfa e o ômega da valorização do capital, o reembolso não poderá jamais se realizar, sob pena da extinção da relação capitalista. A relação credor/devedor não pode jamais ser saldada, pois ela constitui a relação de dominação política, mas também de exploração econômica. Honrar suas dívidas significa sair da relação credor/devedor e, portanto, atualmente, sair do capitalismo ele mesmo. Nós podemos honrar as dívidas, mas se nós honramos todas as dívidas ao mesmo tempo, não há mais forças superiores e inferiores e não há mais capital. O reembolso definitivo é, logicamente, a morte do capitalismo, pois o diferencial de classe se exprime precisamente por meio do crédito/dívida (LAZZARATO, 2017, p. 83).

Como podemos verificar, a dívida não pode ser paga absolutamente. Para o capitalismo parasitário, qualquer sujeito isolado sem dívida não tem valor algum. Marx (2016, p. 116) sugere que “[...] além do juízo simples sobre aquele que não goza de crédito de que ele é pobre, advém ainda o juízo desmoralizador de que ele não possui nenhuma confiança, nenhum reconhecimento, e é portanto um pária social, um homem ruim”. Nesse caso, ele precisa ser reabilitado rapidamente. Zygmunt Bauman (2010b, p. 31) lembra que “[...] o cliente que paga prontamente o dinheiro que pediu emprestado é o pesadelo dos credores”, pois junto com o reembolso da dívida vem o do medo. Uma sociedade sem medo não pode ser gerida pela política do choque, que combina crédito e dívida. É necessário estar em estado de choque coletivo para que a terapia contumaz seja mobiliada para a reabilitação do capitalismo diante do fim, ou seja, é o crédito que consente a garantia da reprodução objetiva e ideológica do capitalismo. O encerramento da circularidade crédito-dívida pode significar o próprio fim do elemento propulsor da acumulação capitalista e, portanto, do futuro. O fim pode ser um novo começo, restaurado, da reprodução ampliada do sistema dominante. A questão decisiva é como decretar o fim e reinventar um novo começo que não seja apenas a restauração infinita do reembolso capitalista.

3 CONCLUSÃO

Implodindo a bolha

A circularidade crédito-dívida produz uma inflação das bolhas financeiras e semióticas. O modelo de crise superprodução desenvolvido por Marx agora pode ser percebido na constituição da “superprodução semiótica” (BERARDI, 2020, p. 89), pois o colapso aparece na supersaturação da atenção. Descobriu-se que a atenção não é infinita, mas ela tem uma limitação fundamental inscrita no corpo dos sujeitos isolados. O semiocapitalismo tentou restaurar a própria ideia de fronteira, impossibilitando não apenas a fuga do sistema, mas interditando qualquer existência que não estivesse mediada pela sua circularidade infinita. Deleuze (2004, p. 205-206) diz que “[...] dado um sistema que foge realmente por todos os lados e que, ao mesmo tempo, não pára de impedir, de reprimir ou de colmatar as fugas por todos os meios”. O ambiente da bolha é justamente essa luta entre tentativa de fuga e impedimento pelo sistema, através de diversos mecanismos de repressão. A dívida é o que prepondera hoje, mas não pode ser pensada como a última forma de contenção. O colapso da *superprodução semiótica* pode representar, de alguma maneira, o esboço do fim e a reinvenção do começo:

Apenas uma dessas premissas era verdadeira: a rede é de fato um espaço em constante expansão, mas a infinidade de energia mental era uma ilusão. A ideologia wired [conectada] se mostrou falsa porque seus ideólogos não consideraram os limites do lado subjetivo da economia. O mercado de atenção mergulhou em uma sobrecarga que resultou numa superprodução semiótica. E, como os cérebros e os corpos individuais não são capazes de acelerar cada vez mais e mais e mais, a consciência global enlouqueceu. A possibilidade de exaustão dos recursos físicos é o limite intrínseco do ciberespaço. O sonho da explosão infinita não é ilimitada e porque a potência infinita da inteligência coletiva em rede encontra sua limitação na finitude dessa mesma energia (BERARDI, 2020, p. 89-90, grifos do original).

Com efeito, a exaustão é o fator de antiprodução do semiocapitalismo. Ela é resultado da compulsão ao desempenho desenfreado e, ao mesmo tempo, fator que implode a circulação normal dos signos abstratos produtivos. O sintoma da crise acontece no aparecimento da “semioinflação” quando o sistema “[...] precisa de mais signos, palavras a informação para comprar menos sentido” (BERARDI, 2020, p. 75-76). O problema da aceleração é que ela, inevitavelmente, entra em colapso.

A exaustão deflaciona qualquer acumulação semiótica. É por isso que Byung-Chul Han (2017, p. 70) vai dizer que “[...] a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e esgotamento excessivos”. O que torna a bolha instável é justamente o fato de que a inflação do significado exige o maior dispêndio possível de signos. Na verdade, estamos diante de uma poderosa supremacia da especulação sobre a realidade factual.

A exigência de elevação da capitalização do significado e da realidade factual torna todos nós tributários de uma dívida infinita que jamais será reembolsada. Talvez a questão de decisiva seja possibilitar que o significado ultrapasse qualquer implicação especulativa. Isso poderá reabrir o horizonte de possibilidades, antecipando o impossível para o campo de experiência de possibilidades.

Nesse caso, a tarefa prioritária é não agir tentando impedir a implosão da bolha. Não podemos ser tão reativos. Na prática, temos que colaborar com o semiocapitalismo, acelerando ainda mais a especulação até o limite da implosão da bolha. Fugir da bolha, escapando dos seus tentáculos monstruosos, permitirá que a exaustão pela dívida ou pelo desempenho não seja apenas sintoma de que as coisas precisam ser restauradas, mas condutor de uma transição política necessária e urgente. A exaustão aparece aqui como o fracasso do sujeito isolado, que não é capaz de manter sua energia compatível com a exigência de aceleração constante do semiocapitalismo. Todavia, a exaustão individual e coletiva representa o colapso da exploração infinita da subjetividade e da energia psíquica coletiva. A contradição básica – nos termos do funcionamento do sistema – desse modelo de exploração e expropriação é que ele é potencialmente infinito. Entretanto, como se trata de uma virtualidade que é operada por sujeitos, sua infinitude é limitada à finitude cognitiva e emocional dos seus operadores fundamentais. Nesse sentido, a contradição decisiva ainda é marcada pela forma social de apropriação da potência cognitiva global.

Por fim, a álgebra política da resistência pode ser acionada através da “fúria”, pois “[...] ela é uma capacidade de interromper um estado existente e permitir que um novo estado comece”. É assim que “ela produz o futuro” (HAN, 2018, p. 23). A fúria é justamente uma desestabilização interna ao funcionamento da bolha. Para Zygmunt Bauman (2010b, p. 45), “[...] à medida que se infla até o ponto de ruptura, a grande bolha é cercada por uma multidão de minibolhas pessoais ou familiares impelidas a segui-la rumo à perdição”. O futuro como *crédito à morte* está inflacionado pelo fracasso.

A *superprodução da atenção* e da capacidade cognitiva produzirá continuamente o colapso. A implosão da grande bolha de crédito, dívida e especulação será acompanhada da implosão das minibolhas particulares. O efeito devastador do colapso financeiro da dívida será apresentado como um problema de controle individual. Mais uma vez, o sistema dominante tentará operar uma distorção ideológica da realidade factual. Assim, a especulação financeira é uma inflação em relação à economia real, do mesmo modo que a distorção ideológica é uma inflação em relação ao objeto do colapso existente. A nossa tarefa é acelerar a transgressão do objeto colapsado para além do próprio capitalismo como forma de vida dominante, sem traumas, choques e com dramas menos confusos.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010a.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010b.
- BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BERARDDI, Franco. **Asfixia: capitalismo financeiro e insurreição da linguagem**. São Paulo: UBU Editora, 2020.
- DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2004.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GIANNETTI, Eduardo. **O valor da amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- JAPPE, Anselm. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. São Paulo: Hedra, 2013.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLEIN, Naomi. **Não basta dizer não: resistir à nova política de choque e conquistar o mundo do qual precisamos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1979.
- MARX, Karl. Excertos do livro de James Mill "Éléments d'économie politique". **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 147-161, jan./jun. 2016.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.